

EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL E ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Márcia Derbli Schafranski¹

Resumo: O presente texto relata uma experiência educativa que vem sendo desenvolvida numa Organização Não Governamental da cidade de Ponta Grossa, estado do Paraná, que presta assistência a pessoas com neoplasia. Considerando que algumas dessas pessoas não tiveram condições de acesso ou de permanência no sistema regular de ensino, as ações extensionistas visam oportunizar-lhes a possibilidade de serem alfabetizadas, contribuindo, conseqüentemente, para a sua maior autonomia. O trabalho desenvolvido visa também propiciar aos acadêmicos do curso de Pedagogia a atuação na educação não-formal, tendo em vista a ampliação de sua formação profissional.

Palavras-chave: Educação não-formal. Alfabetização de adultos. Formação de professores.

Abstract: The present article describes an educational experience which is being developed with a non-governmental organization in Ponta Grossa, in the state of Paraná that assists people suffering from neoplasia. Considering that some of these people were not able to attend the regular educational system for several reasons, the actions of the extension project aim at giving them a chance of learning how to read and write so as to help them to achieve a higher level of autonomy. This work also aims at providing the Pedagogy Course students the opportunity of performing a non-formal education, considering the enlargement of their professional formation.

Keywords: Non-formal education. Adult illiteracy. Teachers' education.

A educação é condição fundamental para que o indivíduo possa participar da sociedade, constituindo assim um direito inerente ao exercício da cidadania. Deste modo, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece que a educação – direito de todos e dever do Estado e da família – deve visar o pleno desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, que é também, uma das várias dimensões da idéia-força da cidadania. Ela se amplia na medida em que se afirma como prática social, para além dos textos legais.

De todo modo, queremos lembrar mais uma vez que o exercício da cidadania é algo que envolve uma prática cotidiana constante, pois afinal, cidadania é ter direitos: todos os mencionados anteriormente e mais um, que é o direito a ter uma educação para saber quais são os nossos direitos e exercitá-los. (TOMAZI, 1997, p.131).

No entanto, embora previsto constitucionalmente, na prática, o direito à educação tem sido negado a uma parcela significativa da população brasileira, gerando um quadro alarmante de analfabetos e de semi-analfabetos, ou seja, de pessoas que não tiveram acesso ou que não conseguiram permanecer no ambiente escolar em idade própria, por fatores ligados a questões políticas, econômicas e sociais.

Di Pierro, Jóia e Ribeiro (2006, p.16) consideram que os governos precisam assumir mais claramente uma atitude convocatória, chamando toda a sociedade para se engajar em iniciativas que visem elevar o nível educativo da população, cujo objetivo deve contemplar, especialmente, a motivação para todos continuarem aprenden-

do ao longo da vida, pois a necessidade, a vontade e a possibilidade de aprender são inerentes a todos os seres humanos, do nascimento à velhice. É preciso, pois, levar em conta a necessidade de qualificar a demanda por esses serviços, por meio de ações culturais e políticas, voltadas ao amplo reconhecimento do valor da educação continuada como estratégia de promoção de equidade educativa e social.

Embora a concepção dominante na sociedade costume vincular a educação à escola, atrelando a atuação do pedagogo a uma prática inserida no espaço escolar, essa visão vem se ampliando, face às demandas e às necessidades da sociedade, apontando para a necessidade de a formação inicial dos futuros profissionais da educação contemplar também a sua atuação em espaços educativos diferenciados. Assim sendo, a reflexão sobre essas questões, somadas aos objetivos da educação não-formal geraram o desenvolvimento das ações extensionistas relatadas nesse artigo.

Sobre a educação não formal

A educação é um processo que se desenvolve ao longo da vida humana, quer seja por meio dos processos de ensino formal, vinculados à escola, quer seja por meio da aprendizagem informal proporcionada pela família, meios de comunicação, comunidade, igreja, etc, ou ainda por meio da aprendizagem não-formal, que envolve uma gama variada de experiências e é ministrada nos mais diferentes espaços.

¹Profª Me. Do Departamento de Educação – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Ao contrário da educação formal, que tem objetivos e sistemas herméticos e sistematizados, tem espaço e tempo delimitados, a educação informal tem por objetivo socializar os indivíduos desde o momento em que nascem, desenvolvendo hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar, valores e crenças da sociedade como um todo e dos grupos particulares dos quais o indivíduo participa (GADOTTI, 2007, p.2).

A educação não-formal pode ser definida como qualquer tentativa educacional organizada e sistemática que, normalmente, realiza-se fora dos quadros do sistema formal de ensino. É mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Seus programas de ensino não precisam necessariamente seguir um sistema seqüencial e hierárquico de “progressão” e podem ter duração variável, concedendo ou não certificados de aprendizagem. As categorias de espaço e de tempo não são fixadas a priori, sendo respeitadas as peculiaridades do grupo para a elaboração e para a absorção dos conhecimentos.

O compromisso maior da educação não-formal diz respeito à cidadania, pensada em termos coletivos, donde os conteúdos de ensino podem guardar relações com a transmissão do saber historicamente acumulado pela humanidade, como podem também vincular-se aos interesses e necessidades dos grupos aos quais se destinam. Gohn (2007) considera que a educação não formal se fundamenta na solidariedade e atua sobre aspectos subjetivos do grupo, desenvolvendo laços de pertencimento e de ajuda na construção da identidade coletiva de seus integrantes, podendo colaborar para o desenvolvimento da sua auto-estima.

Dentre os processos que podem ser desenvolvidos pela educação não formal, a autora destaca:

- a consciência e a organização de como agir em grupos coletivos;
- a construção e a reconstrução de concepção (ões) de mundo e sobre o mundo;
- a contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade;
- a formação dos indivíduos para a vida e para as suas adversidades e não somente com sua habilitação para entrar no mundo do trabalho;
- o resgate do sentimento de valorização de si próprio, a rejeição dos preconceitos e a valorização e o respeito às diferenças.

Fernandes e Garcia (2007, p.6) asseveram que por ser uma escolha de iniciativa voluntária, a vivência em espaço de educação não-formal permite a conquista de valores humanos mais positivos, o desenvolvimento da auto-confiança, da construção de identidade e do sentimento de pertença. “Os freqüentadores passam a dar valor a si mesmos e a receber validação dos outros”.

Assim sendo, a educação não-formal envolve importantes questões que extrapolam a aquisição dos conhecimentos socialmente valorizados ou a simples instru-

mentalização das pessoas para o mundo do trabalho. Ela representa uma modalidade diferenciada de ensino, comprometido com a humanização do indivíduo e da própria sociedade.

A experiência vivenciada

Como parte do Projeto Extensionista “Construindo Saberes na Diversidade”, que tem por objetivo promover a articulação direta da formação inicial dos futuros educadores com as demandas concretas de diferentes espaços educativos, no ano de 2006 foram desenvolvidas as ações extensionistas aqui relatadas, num espaço físico cedido por uma Organização Não Governamental, da cidade de Ponta Grossa, que presta atendimento a pessoas com neoplasia.

A motivação inicial para o desenvolvimento de tais ações partiu de uma acadêmica do Curso de Pedagogia que participava do citado Projeto, cujos pais são responsáveis pelo atendimento prestado pela Organização. Convivendo com as pessoas assistidas pela ONG, a acadêmica expôs o fato de que algumas delas manifestaram o desejo de aprender a ler e a escrever, para poderem, segundo elas próprias, adquirir maior autonomia em seu ambiente familiar e comunitário. Salientavam, inclusive, a importância do aprendizado da leitura para a compreenderem as bulas e as prescrições de seus remédios, sem precisarem recorrer à ajuda de terceiros.

Assim, num primeiro momento, fez-se o levantamento das pessoas que realmente tinham interesse e condições físicas de participar do Projeto. Em seguida, as atividades foram iniciadas, contando com duas estagiárias -acadêmicas do Curso de Pedagogia e onze alunos, sendo todos aposentados e com idade superior a quarenta anos. Dos alunos atendidos, apenas dois tiveram a oportunidade de freqüentar a escola em idade própria; porém, seu tempo de permanência foi muito breve, o que não lhes permitiu dominar os códigos lingüísticos. Em função das dificuldades e das limitações impostas pela doença, no final do ano o número de alunos caiu para sete.

Tomando por referência as idéias de Paulo Freire, para quem o aprendizado da leitura implica na leitura do mundo, procurou-se vincular linguagem e realidade, alfabetizando aquelas pessoas num processo interativo, levando em conta seus interesses e suas experiências como pessoas adultas que têm um saber, oriundo de sua prática social. Segundo ele “o desrespeito à leitura de mundo do educando revela o gosto elitista, portanto antidemocrático, do educador que, desta forma, não escutando o educando, com ele não fala. Nele deposita seus conhecimentos”. (FREIRE, 1996, p.179).

Visando ultrapassar a concepção “bancária da educação”, que considera o aluno como simples repositório de conhecimentos impostos pelo professor, a cada aula decidia-se com o grupo de alfabetizando o tema a ser focado na aula subsequente, quando então, o assunto

era discutido por todos os presentes, registrando-se suas impressões a respeito e as relações que poderiam ser estabelecidas com sua vida prática. Por meio de explicações, de vídeos, cartazes, de textos de jornais e revistas, de propagandas, etc, as informações eram complementadas, sendo posteriormente elaboradas atividades diversificadas sobre o assunto, tendo em vista não apenas a aprendizagem da leitura e da escrita, mas também a ampliação de sua leitura de mundo.

Assim, partindo do pressuposto de que a educação se refere a todas as experiências e situações que permeiam o cotidiano dos indivíduos, as atividades desenvolvidas não ficaram restritas a um enfoque meramente intelectual ou a um processo de simples transmissão de conhecimentos mas, sempre tiveram presente o sentido de respeito e de solidariedade que devem permear toda prática educativa.

Considerações Finais

Os resultados obtidos por meio das ações extensionistas aqui relatadas demonstram que esta experiência educativa foi muito valiosa para todos. Para os acadêmicos-estagiários do Curso de Pedagogia, oportunizou atuarem numa realidade diferenciada, sensibilizando-os também em relação às condições daquelas pessoas, que embora doentes, não deixaram morrer a esperança de continuarem vivendo e aprendendo.

Para os alfabetizandos, oportunizou ampliar seus conhecimentos, a partir de suas experiências vividas e de seus interesses, contribuindo para a sua valorização pessoal e para o fortalecimento da sua auto-estima, pois segundo eles próprios, ao serem iniciadas as atividades ocorria o sentimento de incapacidade de aprender, além de se sentirem envergonhados por sua condição de não escolarização. E isto se pôde constatar pela participação nas aulas que, inicialmente, se fazia de modo tímido e hoje se faz de modo espontâneo, demonstrando que já não se sentem constrangidos em manifestar suas opiniões ou em perguntar algo que não sabem ou que não compreenderam.

Considerando ainda que cinco dos sete alfabetizandos iniciaram o aprendizado da leitura e da escrita sem nenhum conhecimento prévio sobre o sistema alfabético, e levando em conta o fato de as aulas serem ministradas em apenas três horas de um único dia na semana, os resultados foram animadores, pois ao encerrar o ano de 2006, todos conseguiam ler e escrever palavras e frases simples.

Em função dos resultados obtidos no ano de 2006, a equipe responsável pelo Projeto “Construindo Saberes na Diversidade” considerou pertinente dar continuidade às ações extensionistas referentes à alfabetização de adultos com neoplasia, sendo que atualmente, dos sete alunos atendidos anteriormente, cinco continuam a frequentar as aulas; os outros dois tiveram que se afastar

por motivos de saúde. No entanto, dois novos alunos, que têm noções elementares de leitura e de escrita estão participando das aulas.

Por sua vez, os acadêmicos do Curso de Pedagogia que participaram das atividades no ano de 2006 tiveram que se afastar por estarem exercendo trabalho remunerado, sendo substituídos por três outros alunos do mesmo Curso.

O relato aqui exposto permite afirmar que a educação, em seu sentido mais amplo, não pode ser entendida simplesmente como um plano de governo, ou como ações a serem desenvolvidas apenas no ambiente escolar, mas, envolve o comprometimento de todos com projetos que possam contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 1988. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- DI PIERRO, M.C.; JÓIA, O.; RIBEIRO, V.M. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes>. Acesso: 20 nov. 2006.
- FERNANDES, R.S.; GARCIA, V.A. **Educação não formal**: campo de em formação. Disponível em: <http://www.uniube.br/institucional/proreitoria/propep/mestrado/educacao/revista/vol05/13/artigos/A-13-006-Final.pdf>. Acesso em: 11.ago. 2007.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, P.; MACEDO, D. **Alfabetização**: leitura do mundo, leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, M. **A questão da educação formal/não formal**. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/MoacirGadotti/artigos/Portugues/EducaçãoPopulareEJA/Educaçãoformalnãoformal.2005.pdf>. Acesso em: 11 ago.2007.
- GOHN, M.D.G. **Educação não formal na pedagogia social**. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 10 mar. 2007.
- PINTO, A.V. **Sete lições sobre educação de adultos**. 6.ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez. 1989.
- TOMAZI, N.D. **Sociologia da educação**. São Paulo: Atual, 1997.